

RUBRICA REPORT(H)A: Environmental Stories

No tempo da fruta: a Estação Agrária do Porto (1931-1979) e o fomento frutícola numa perspetiva de história ambiental

Manuel Miranda Fernandes¹

Em meados do séc. XX, a noção de “fruteira” designava, em termos agronómicos, uma “planta lenhosa produtora de fruto comestível” (Gondim, 1957: 1), abrangendo assim plantas cultivadas desde tempos históricos recuados, presentes na paisagem agrária do Entre Douro e Minho (Gonçalves, 1996). O emprego de frutos na alimentação humana, como sabemos, tem raízes ancestrais que remontam a um tempo anterior à invenção da própria agricultura, remetendo-nos, num campo simbólico, para o mito genesíaco, que apresenta o primeiro casal humano comendo frutos das árvores do jardim do Éden (Gn, 1, 29; 2, 8-9). Por seu turno, os estudos arqueobotânicos, ultrapassando uma crónica escassez de dados, outrora preenchida com recurso à imaginação, têm evidenciado a presença de variados frutos silvestres na dieta das comunidades de caçadores-recoletores do Paleolítico (Jones, 2009; Peña Chocarro, Pérez Jordà, & Zapata Peña, 2017; Weiss, 2017). Estes estudos têm demonstrado igualmente o impacto do cultivo de árvores de fruto nos modelos de agricultura neolítica, baseada em cereais, à medida que várias espécies de fruteiras foram sendo adotadas (Pérez-Jordà, Peña-Chocarro, García Fernández, & Vera Rodríguez, 2017; Pérez-Jordà, Peña-Chocarro, & Pardo-Gordó, 2021). O longo processo de domesticação e introdução de fruteiras no agro mediterrânico encontraria um eco poético nas *Geórgicas* de Virgílio e é assunto relevante nos tratados agrícolas da Antiguidade Clássica, nomeadamente em *De re rustica*, de Columela (lib. V, VIII-XI). Em tempos mais recentes, as fruteiras cultivadas desdobram-se em várias categorias, tal como é mencionado num catálogo hortícola oitocentista (Loureiro, 1871), compreendendo fruteiras *de espinho* (laranjeiras, limoeiros, etc.), fruteiras *de pevide* (pereiras, macieiras,

¹ CEGOT – Centro de Estudos em Geografia e Ordenamento do Território, Universidade do Porto.
Email: mjfernandes@letras.up.pt

etc.) e fruteiras *de caroço* (ameixieiras, pessegueiros, etc.). Incluem-se também, entre as fruteiras, árvores e arbustos produtores de frutos secos (como aveleiras e nogueiras), arbustos produtores de bagas (como as groselheiras) e outros tipos de árvores (como os castanheiros e as oliveiras).

Durante o séc. XX, o fomento da fruticultura em Portugal adquiriu uma expressão particular no quadro político do Estado Novo (1933-1974), apesar de situado num patamar económico muito inferior ao do cultivo da vinha; um dos desígnios da política de fomento frutícola foi constituir “pomares industriais”, que permitissem ultrapassar as limitações produtivas dos pequenos pomares da agricultura familiar. Das várias iniciativas então tomadas neste sentido, pode referir-se a criação da Junta Nacional das Frutas (1936), que reformulou a anterior Junta Nacional de Exportação de Frutas (1931), e o Plano de Fomento Frutícola (1962), que visava regular a atividade viveirista. A instalação de viveiros de fruteiras, por seu turno, constituiu um requisito prévio para o fornecimento de material vegetal de propagação, apto a formar pomares adaptados às especificidades agrárias de cada região do país. Uma das principais preocupações foi garantir, tanto quanto possível, material vegetal isento de pragas e doenças que prejudicassem a produção frutícola, o que requeria, entre outros aspetos, uma fiscalização periódica dos viveiristas, regulamentada pelo Decreto n.º 27.055, de 29 de setembro de 1936. Os viveiristas comerciais mais conceituados – como, por exemplo, a Companhia Hortícola-Agrícola Portuense, situada na Quinta das Virtudes – publicavam anualmente catálogos com a relação de fruteiras disponíveis (CHAP, 1960). A nível oficial, também os Serviços de Culturas Arbustivas e Arbóreas, da Direção-Geral dos Serviços Agrícolas, publicavam regularmente catálogos dos seus viveiros, distribuídos pelas diversas regiões agrícolas do país, nomeadamente a II Região Agrícola, onde se localizava a Estação Agrária do Porto (SEA, 1962).

Alguns trabalhos recentes têm abordado, a nível nacional, esta dimensão da atividade agrária durante o Estado Novo (Pires, 2018, 2019), mas, a nível regional, persistem consideráveis lacunas de conhecimento que é desejável colmatar, numa perspetiva de História Ambiental, abrindo o ângulo estritamente agronómico da fruticultura a um diálogo interdisciplinar. A este respeito, tem especial interesse a existência de um fundo documental no Arquivo Distrital do Porto (ADP), respeitante à ex-Estação Agrária do Porto, constituído por um conjunto de 11 caixas, com

documentação produzida entre 1935 e 1981. Por iniciativa de um particular, esta documentação foi resgatada a uma provável destruição, através da sua doação ao ADP. A Estação Agrária do Porto, organismo regional criado em 1931, teve por missão, num primeiro momento, a investigação, experimentação e fomento especializado das culturas de batata e de milho, a que se agregariam outros setores, como a viticultura e a fruticultura, prestando assistência técnica numa área geográfica que compreendia as sub-regiões agrícolas do Minho Duriense, da Beira Minhota e do Douro Litoral (Art.º 53.º do Decreto n.º 20.526, de 18 de novembro de 1931). A fruticultura, bem representada neste fundo documental, poderá motivar um estudo de caso sobre a sua importância relativa na paisagem agrícola regional. Os documentos existentes permitem analisar, especificamente, aspetos da atividade viveirista, “base de um possível fomento da fruticultura” (Gondim, 1959: 4), no território abrangido pela Estação Agrária do Porto. Num breve exame da documentação deste fundo, identificaram-se eventuais tópicos de pesquisa, de que são exemplo os seguintes:

a) Rede regional de viveiros: os relatórios das campanhas dos anos agrícolas 1956/57 e 1958/59 apresentam a relação de viveiros inspecionados pelos serviços de fruticultura, totalizando, respetivamente, 73 e 65 viveiros, o que supõe a existência de um conjunto significativo de viveiristas comerciais na região. Uma das caixas deste fundo documental conserva mais de duas centenas de plantas topográficas de viveiros, de que reproduzimos, a título exemplificativo, a planta dos viveiros de Manuel Gomes Ribeiro, em Penafiel (fig. 1).

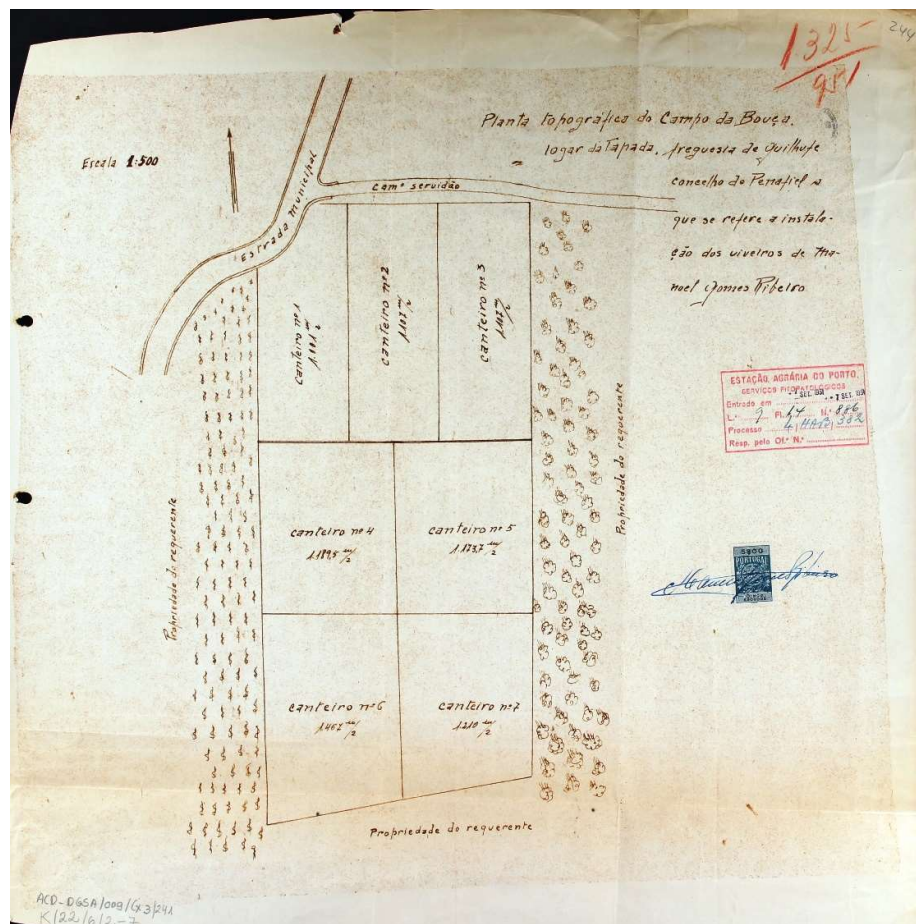


Fig. 1. Planta topográfica dos viveiros de Manuel Gomes Ribeiro, no Campo da Bouça, lugar da Tapada, freguesia de Guilhufe, concelho de Penafiel. Fonte: Arquivo Distrital do Porto. PT/ADPRT/ACD/DGSA, cota ACD-DGSA/009/Cx 3/ 241.

b) Espécies e variedades de fruteiras: os relatórios mencionados incluem uma relação das fruteiras existentes nos viveiros da região, que ultrapassa 25 espécies, indicando as respetivas quantidades de plantas enxertadas e de cavalos (porta-enxertos) (fig. 2). Entre elas, mencionam-se fruteiras hoje raras, como a nespereira (*Mespilus germanica*), cultivada na Europa desde tempos antigos (Baird & Thieret, 1989), e fruteiras de origem mais recente, como a nespereira-do-japão (*Eriobotrya japonica*), introduzida na Europa no final do séc. XVIII (Rivals, 1978), que se tornaria uma presença habitual em hortas e quintais, sendo os seus frutos conhecidos regionalmente por “magnórios”. O agrónomo responsável pelas campanhas de inspeção fitossanitária dos viveiros, Eng.º Eurico de Campos Gondim, alude, contudo, à dificuldade em manter um controlo sobre a etiquetagem das fruteiras

existentes, o que origina reiteradas confusões, não se furtando a desabafar: “Como seria útil existir uma entidade especializada que indicasse ao lavrador o que deveria plantar – em vez de o deixar entregue às fantasias enganadoras dos catálogos!” (Gondim, 1959: 5).

Relação alfabética das espécies existentes nos viveiros
e as respectivas quantidades

Espécies	Plantas existentes		Cavaleiros
	Com 1 ano	Com mais de 1 ano	
Amelgueiras	12.940	10.908	13.054
Amesqueiras	2.420	1.062	-
Aveleiras	274	490	-
Castanheiros	8.230	3.339	346.320
Cerejeiras	2.964	11.335	4.082
Citricas diversas (grape fruit, cidras, etc.)	2.307	227	-
Damasqueiras	2.095	4.833	-
Diospíras	10.614	8.232	8.030
Figueiras	6.760	1.057	-
Fanhoesmas	4.550	130	-
Gingelras	213	885	-
Groselheiras	230	567	-
Laranjeiras	21.928	46.054	26.412
Limeiras	5.045	1.615	-
Lega Berry	34.025	25.056	25.595
Marmeleiras	4.711	3.789	-
Nespereiras (comm)	110	20	-
Nespereiras (do Japão)	-	230	-
Nogueiras (comm)	2.205	853	-
Nogueiras (Juglans nigra)	-	380	-
Oliveiras	8.389	123.954	2.500
Pessegueiros	19.694	15.953	8.565
Pereiras	19.422	31.511	15.400
Ramoneiras	3.401	283	-
Tangerineiras	4.811	3.031	-
Total	179.821	303.454	449.758
TOTAL EXISTENTE			933.033

CO/NO. Porto, 3 de Maio de 1957

Fig. 2. Campanha de viveiros de 1958/1959. Relação das espécies de fruteiras existentes e respectivas quantidades. Fonte: Arquivo Distrital do Porto. PT/ADPRT/ACD/DGSA, cota ACD-DGSA/006/Cx. 1-7, K/22/3-28-5.

c) Sanidade vegetal: os relatórios mencionam as pragas e doenças com maior incidência nas fruteiras em viveiro, como o piolho-de-são-josé, também designado cochonilha-de-são-josé (*Quadraspidiotus perniciosus*) (fig. 3), considerado a praga de maior importância em macieiras, observada pela primeira vez em Portugal em 1931, perto de Aveiro (Coutinho, 2011); como principal doença, é mencionada a lepra-do-pessegueiro (*Taphrina deformans*). Nalguns viveiros foi possível “erradicar totalmente” pragas ou doenças em talhões infestados, mas, noutros casos, foi necessário proceder ao arranque de fruteiras, em quantidades apreciáveis, sendo reconhecida, apesar disso, a dificuldade de manter um rigoroso controlo sobre a sanidade. A este propósito, são referidas as árvores de fruto

oferecidas pelos viveiristas de videiras aos seus clientes, a título de brinde, mas em deplorável estado sanitário. Pior ainda: “As feiras aparecem cheias de fruteiras geralmente gravemente parasitadas, vendidas a baixo preço – e que são em geral as que o agricultor prefere!” (Gondim, 1959: 1).

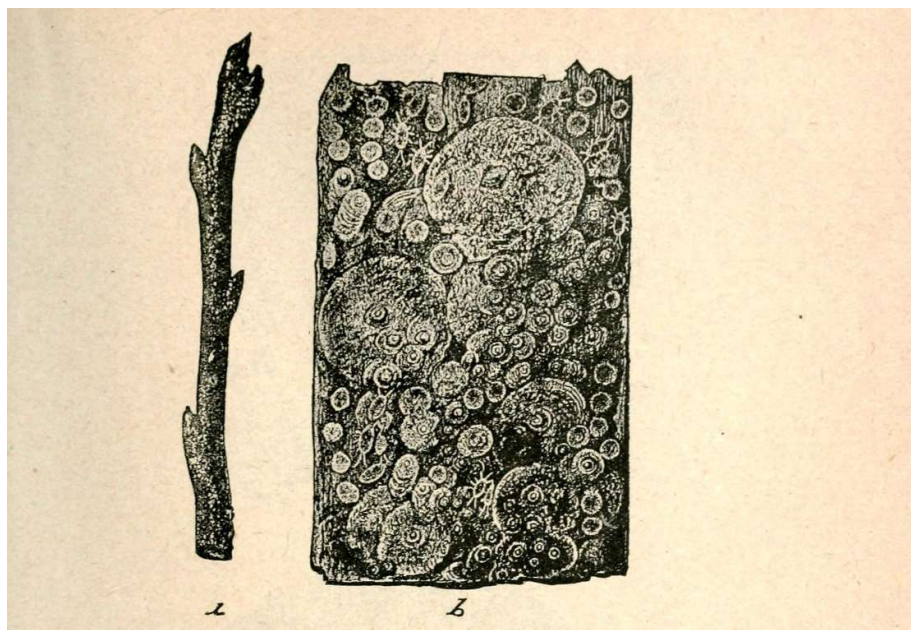


Fig. 3. Cochonilha-de-são-josé (*Quadraspidiotus perniciosus*): (a) ramo infestado; (b) aspeto ampliado da casca, mostrando diferentes estádios de desenvolvimento do inseto. Fonte: Jarvis (1908: 55).

A problemática da sanidade vegetal nos viveiros frutícolas levanta, desde logo, algumas questões: como eram realizados então os tratamentos fitossanitários? Que produtos fitofarmacêuticos eram empregues? Que tipo de controlo ambiental era exercido? A partir dos relatórios citados, depreende-se que os tratamentos recomendados eram executados, em regra, pelos próprios viveiristas, sem menção aos riscos inerentes à preparação e aplicação dos produtos fitofarmacêuticos. Se, nalguns casos, é detetada uma falta de tratamentos, noutros são referidos tratamentos “excessivos”, como o de um viveirista que, “com uma exagerada dose”, matou uma dezena de pessegueiros de coleção (Gondim, 1957: 3). Contudo, desde que as plantas em viveiro não estejam associadas a culturas hortícolas, os fitofármacos são considerados “de emprego praticamente inócuo” (Gondim, 1957: 4). Entre os produtos utilizados como inseticida citam-se as caldas de oleoparathion, “com muito bom resultado”, sendo o parathion (paratião) um composto organofosforado extremamente

tóxico, quando inalado, ingerido ou em contacto com a pele (NCBI, 2022). Deparamo-nos, assim, com uma situação de elevado risco para a saúde humana e para o ambiente, que reflete, à escala regional, a situação denunciada por Rachel Carson em *Silent Spring* (1962) – uma das mais influentes obras da cultura ambiental contemporânea, publicada em Portugal pela primeira vez em 1966 (Carson, 1966). Nessa época, o crescimento exponencial da produção e consumo de pesticidas originou a chamada “idade de ouro dos pesticidas”, que precedeu o advento das práticas de proteção integrada e da Agricultura Biológica (Amaro, 1996).

Em conclusão, estamos perante um fundo documental que contém informação relevante sobre o setor frutícola regional, nas suas dimensões agronómicas e ambientais, num período histórico recente. Este fundo está disponível para ser devidamente estudado e cotejado com outras fontes para a História Ambiental portuguesa contemporânea, aguardando que alguém motivado se dedique a esta promissora pesquisa.

AGRADECIMENTOS

Aos técnicos do Arquivo Distrital do Porto, pela forma prestável como facilitaram o acesso ao fundo documental. Ao Dr. Leonardo Aboim Pires, bolseiro de doutoramento no Projeto ReSEED (Universidade de Coimbra), pelas informações gentilmente partilhadas sobre o fomento frutícola no Estado Novo. Aos técnicos da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte, nomeadamente ao Eng.º Augusto Ventura Assunção e ao Eng.º Miguel Folhadela Rebelo, da Divisão de Apoio ao Sector Agroalimentar; ao Eng.º António Pinto, da Direção de Serviços de Desenvolvimento Rural - Delegação do Cávado e Ave; e, muito especialmente, ao Sr. Carlos Coutinho, agente técnico agrário da Estação de Avisos Agrícolas do Entre Douro e Minho, pela sua generosa colaboração e esclarecimentos prestados.

FUNDO DOCUMENTAL

Arquivo Distrital do Porto. PT/ADPRT/ACD/DGSA. Fundo: Direção Geral dos Serviços Agrícolas. Subfundo: Estação Agrária do Porto. Datas de produção: 1935-1981. Dimensão e suporte: papel. Extensões: 11 caixas; 1 outros; 0,8 m lineares.

FONTES PRIMÁRIAS

Bíblia Sagrada. Edição consultada: Giraudo, T. (Ed.) (1989). *A Bíblia de Jerusalém*. Tradução do texto em língua portuguesa diretamente dos originais. São Paulo: Edições Paulinas, nova edição revista.

Columela [Lucius Junius Moderatus Columella], *De Re Rustica*. Edição consultada: Forster, E. S. & Heffner, E. H. (Eds.). (1954). *Res Rustica. On Agriculture, with a recension of the text and an English translation*. London: William Heinemann Ltd., vol. II, books V-IX. Disponível em: <https://archive.org/details/onagriculturewit02coluuoft/>

Virgílio [Publio Vergili Maronis], *Georgicon*. Edição consultada: Mayer, R. (Ed.) (1948). *As Geórgicas de Vergílio. Versão em prosa dos três primeiros livros e comentários de um agrónomo*. [Lisboa]: Livraria Sá da Costa.

LEGISLAÇÃO

Ministério da Agricultura. Decreto n.º 20.020 [Criação da Junta Nacional de Exportação de Frutas]. *Diário do Governo*, I série, n.º 153, 4-07-1931, pp. 1399-1401.

Ministério da Agricultura. Decreto n.º 20.526 [Organização dos Serviços agrícolas nacionais, incluindo a criação da Estação Agrária do Porto]. *Diário do Governo*, I série, n.º 266, 18-11-1931, pp. 2519-2535.

Ministério da Agricultura. Decreto n.º 27.055 [Regulamento da fiscalização de viveiros]. *Diário do Governo*, I série, n.º 229, 29-09-1936, pp. 1142-1144.

Ministério do Comércio e Indústria. Decreto n.º 27.355 [Criação da Junta Nacional das Frutas]. *Diário do Governo*, I série, n.º 297, 19-12-1936, pp. 1666-1668.

Ministério da Economia. Decreto-Lei n.º 44592 [Plano de Fomento Frutícola]. *Diário do Governo*, I série, n.º 219, 22-09-1962, pp. 1270-1272.

REFERÊNCIAS

Amaro, P. (1996). A proteção das plantas. In J. P. Brito, F. O. Baptista, & B. Pereira (Eds.), *O Voo do Arado* (pp. 262-277). Lisboa: Museu Nacional de Etnologia.

Baird, J. R., & Thieret, J. W. (1989). The medlar (*Mespilus germanica*, *Rosaceae*) from antiquity to obscurity. *Economic Botany*, 43(3), 328-372. doi:10.1007/bf02858732

Carson, R. (1966). *Primavera Silenciosa*. Lisboa: Editorial Pórtico [Tradução de Raul Correia].

CHAP. (1960). *Catálogo n.º 99*. Porto: Companhia Hortícola-Agrícola Portuense, L.^{da}.

Coutinho, C. (2011). A cochonilha de S. José (*Quadraspidotus perniciosus* Comst.). *DRAP Norte. Ficha Técnica*, 38, 1-3.

Gonçalves, I. V. (1996). A Árvore na paisagem rural do Entre Douro e Minho: o testemunho das Inquirições de 1258. In 2.º *Congresso Histórico de Guimarães. Actas do Congresso* (pp. 7-25). [Guimarães]: Câmara Municipal de Guimarães e Universidade do Minho, volume 6 [História local I / Idade Média - Séculos XIII-XV].

- Gondim, E. C. (1957). *Campanha de Viveiros de 1956-57*. Porto: [Estação Agrária], relatório datilografado, ACD-DGSA/006/Cx 1-7, cota K/22/3-28.5.
- Gondim, E. C. (1959). *Campanha de Viveiros de 1958-59*. Porto: [Estação Agrária], relatório datilografado, ACD-DGSA/006/Cx 1-7, cota K/22/3-28.5.
- Jarvis, T. D. (1908). A preliminary list of the scale insects of Ontario. *Annual Report of the Entomological Society of Ontario*. 1907, 38, 50-72.
- Jones, M. (2009). Moving North: Archaeobotanical evidence for plant diet in Middle and Upper Paleolithic Europe. In J.-J. Hublin & M. P. Richards (Eds.), *The Evolution of Hominin Diets: Integrating Approaches to the Study of Palaeolithic Subsistence* (pp. 171-180). Dordrecht: Springer Netherlands.
- Loureiro, J. M. (1871). *Catalogo especial das arvores fructiferas e plantas de estufa*. N.º 8. Porto: Typographia Lusitana.
- NCBI. (2022). *PubChem Compound Summary for CID 991, Parathion*. Bethesda, MD: National Center for Biotechnology Information. Retrieved June 6, 2022 from <https://pubchem.ncbi.nlm.nih.gov/compound/Parathion>.
- Peña Chocarro, L., Pérez Jordà, G., & Zapata Peña, L. (2017). Los recursos vegetales. In P. López García (Ed.), *La Prehistoria en la Península Ibérica* (pp. 297-344). Madrid: Ediciones Akal.
- Pérez-Jordà, G., Peña-Chocarro, L., García Fernández, M., & Vera Rodríguez, J. C. (2017). The beginnings of fruit tree cultivation in the Iberian Peninsula: plant remains from the city of Huelva (southern Spain). *Vegetation History and Archaeobotany*, 26(5), 527-538. doi:10.1007/s00334-017-0610-6
- Pérez-Jordà, G., Peña-Chocarro, L., & Pardo-Gordó, S. (2021). Fruits arriving to the west. Introduction of cultivated fruits in the Iberian Peninsula. *Journal of Archaeological Science: Reports*, 35, 102683. doi:<https://doi.org/10.1016/j.jasrep.2020.102683>
- Pires, L. A. (2018). Agricultura, Estado corporativo e coordenação económica na génese do salazarismo: a Junta Nacional das Frutas, 1931-1939. *Revista Portuguesa de História*, 49, 241-255. doi:10.14195/0870-4147_49_11
- Pires, L. A. (2019). “Saber para produzir, produzir para melhorar”: a Junta Nacional das Frutas e a investigação agronómica em Portugal. *História - Revista da FLUP*, 9 (1), 202-230. doi:10.21747/0871164X/hist9_1a9
- Rivals, P. (1978). Sur l'introduction en France et à l'Île de France du néflier du Japon. *Journal d'agriculture traditionnelle et de botanique appliquée*, 25 (3), 139-143. doi:10.3406/jatba.1978.3766
- SEA. (1962). *Catálogo dos Viveiros da Direção Geral dos Serviços Agrícolas*. [Lisboa]: Secretaria de Estado da Agricultura - Serviço de Informação Agrícola.
- Weiss, E. (2017). Palaeolithic vegetal diet in the Southern Levant. The Archaeobotanical evidence. In Y. Enzel & O. Bar-Yosef (Eds.), *Quaternary of the Levant: Environments, Climate Change, and Humans* (pp. 329-335). Cambridge: Cambridge University Press.

Como citar: Manuel Miranda Fernandes - “No tempo da fruta: a Estação Agrária do Porto (1931-1979) e o fomento frutícola numa perspetiva de história ambiental” [Em linha]. Porto: Rede Portuguesa de História Ambiental, 2022. Disponível em <https://www.reportha.org/en/stories/item/710-when-fruit-season-arrives-oporto-agricultural-station-1931-1979-and-the-promotion-of-fruit-farming-from-an-environmental-history-perspective>